

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas**

Em 31 de dezembro de 2019

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração

Comentário sobre comportamento das projeções empresariais

Proposta de orçamento de capital para investimentos

Outras informações que a companhia entenda relevantes

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
individuais e consolidadas**

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas**

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	46	93
Clientes	7	32	119	478	1.447
Estoques	8	44	66	1.192	1.925
Estoque de terrenos	9	-	-	18.301	8.466
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	1.136
Impostos a recuperar		60	60	312	333
Despesas antecipadas		-	12	17	140
Outras contas a receber	10	36	210	909	9.199
		172	467	21.255	22.739
Ativo não circulante					
Estoque de terrenos	9	4.215	8.065	4.215	8.065
Outras contas a receber	10	3.403	1.805	11.641	5.866
		7.618	9.870	15.856	13.931
Investimentos	11	21.892	11.804	-	12
Imobilizado	12	11.622	11.978	18.093	22.086
Intangível	13	-	-	101	253
		33.514	23.782	18.194	22.351
Total do Ativo		41.304	34.119	55.305	59.021

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	34.027	6.985
Fornecedores	16	7.443	7.101	29.673	29.603
Salários, provisão para férias e encargos sociais	17	13.792	11.144	56.859	52.712
Obrigações tributárias - REFIS Lei 9.964/2000	18.1	4.141	2.679	4.141	2.679
Obrigações tributárias - PERT Lei 13.496/2017	18.2	-	-	36.996	35.079
Obrigações tributárias - outros impostos	18.2	11.149	8.999	26.513	22.734
Juros sobre o capital próprio a pagar		36	36	36	36
Dividendos a pagar		6	6	6	6
Outras contas a pagar	19	3.760	2.394	30.065	27.021
		40.327	32.359	218.316	176.855
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	21.827
Salários, provisão para férias e encargos sociais	17	963	708	2.276	2.021
Obrigações tributárias - REFIS Lei 9.964/2000	18.1	42.789	51.304	42.789	51.304
Provisão para passivo a descoberto de controladas	13	190.842	150.504	114	-
Provisão para obrigações legais	20	4.705	2.308	34.580	14.002
Imposto de renda e contribuição social - reserva de reavaliação	25	3.600	4.795	3.600	4.795
Outras contas a pagar	19	4.449	3.922	-	-
		247.348	213.541	83.359	93.949
Patrimônio líquido	21				
Capital social		28.047	28.047	28.047	28.047
Reserva de reavaliação		6.988	9.307	6.988	9.307
Prejuízos acumulados		(281.406)	(249.135)	(281.405)	(249.135)
		(246.371)	(211.781)	(246.370)	(211.781)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	(2)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		41.304	34.119	55.305	59.021

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de venda de produtos e serviços prestados	22	686	20.604	1.753	49.047
Custos na venda de produtos e dos serviços prestados	23	(1.446)	(23.960)	(8.730)	(91.211)
Prejuízo bruto		(760)	(3.356)	(6.977)	(42.164)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(3.485)	(5.997)	(5.581)	(12.525)
Honorários dos administradores	14	(826)	(1.750)	(826)	(1.750)
Outras receitas e (despesas) operacionais	23	12.551	(10.968)	(7.885)	(27.285)
Equivalência patrimonial	13.c	(40.085)	(96.754)	(114)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos		(32.605)	(118.825)	(21.383)	(83.724)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	-	-	25	-
Despesas financeiras	24	(2.823)	(3.565)	(13.967)	(12.817)
		(2.823)	(3.565)	(13.942)	(12.817)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(35.428)	(122.390)	(35.325)	(96.541)
Imposto de renda e contribuição social	25	(356)	(11.072)	(458)	(36.928)
Prejuízo do exercício		(35.784)	(133.462)	(35.783)	(133.469)
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	(35.784)	(133.462)
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(1)	7
Prejuízo por ação - R\$		(1,33)	(4,94)	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	(35.784)	(133.462)	(35.783)	(133.469)
Outros resultados abrangentes				
Realização reserva de reavaliação	3.514	59	3.514	59
Total do resultado abrangente do exercício	(32.270)	(133.403)	(32.269)	(133.410)
Atribuível a				
Acionistas controladores	-	-	(32.268)	(133.462)
Acionistas não controladores	-	-	(1)	7

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores				Participação dos não controladores	Total
	Capital Social	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	28.047	9.346	(115.732)	(78.339)	(25)	(78.364)
Imposto sobre reserva de reavaliação	-	20	-	20	-	20
Realização reserva de reavaliação (Nota nº 12)	-	(59)	59	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(133.462)	(133.462)	23	(133.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	28.047	9.307	(249.135)	(211.781)	(2)	(211.783)
Imposto sobre reserva de reavaliação	-	1.195	-	1.195	-	1.195
Realização reserva de reavaliação (Nota nº 12)	-	(3.514)	3.514	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(35.784)	(35.784)	2	(35.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	28.047	6.988	(281.405)	(246.370)	-	(246.370)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(35.428)	(122.390)	(35.325)	(96.541)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	356	357	2.780	3.446
Efeito líquido da baixa de imobilizado	(5.984)	-	(4.620)	1.074
Resultado de equivalência patrimonial (nota 11.c)	40.085	96.754	114	-
Provisão para obrigações legais (nota 20)	2.397	1.308	20.578	6.312
Provisão REFIS (nota 23)	(8.219)	8.219	(8.219)	8.219
Juros a pagar a longo prazo - parcelamento	-	1.291	6.790	3.481
Diferimento de impostos	(1.195)	(592)	(1.195)	(1.215)
	(7.988)	(15.053)	(19.097)	(75.224)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Clientes	87	7.914	969	22.187
Estoques	22	1.076	733	1.542
Estoques de imóveis	-	-	-	3.650
Impostos a recuperar e outros créditos	(1.414)	(795)	2.673	5.464
Adiantamento a fornecedores	-	-	1.136	(1.136)
Baixa de precatórios a receber	-	1.380	-	1.380
Depósito judicial	-	(10)	-	(127)
	(1.305)	9.565	5.511	32.960
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	342	(1.385)	70	(734)
Salários, provisão férias e encargos sociais	2.903	5.497	4.402	18.064
Obrigações tributárias - Refis e outros impostos	4.155	5.089	7.598	12.923
Outras contas a pagar	1.893	(3.877)	3.044	18.207
	9.293	5.324	15.114	48.460
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	-	(164)	1.528	6.196
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos investimentos, imobilizado e intangível	-	-	-	(123)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	-	-	-	(123)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(1.575)	(6.336)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	-	-	(1.575)	(6.336)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	(164)	(47)	(263)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	164	93	356
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-	46	93
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	(164)	(47)	(263)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	844	24.506	2.276	64.562
	844	24.506	2.276	64.562
Insumo adquiridos de terceiros				
Custo venda de produtos e serviços.	12.394	(20.817)	(8.217)	(44.870)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.537)	(11.804)	(4.565)	(29.988)
	10.857	(32.621)	(12.782)	(74.858)
Valor adicional bruto	11.701	(8.115)	(10.506)	(10.296)
Depreciação e amortização	(356)	(357)	(2.780)	(3.446)
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade	11.345	(8.472)	(13.286)	(13.742)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(40.085)	(96.754)	(114)	-
Receitas financeiras	-	-	25	-
Valor adicionado total a distribuir	(28.740)	(105.226)	(13.375)	(13.742)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal - salários e encargos	2.888	9.227	6.471	51.608
Impostos, taxas e contribuições	1.333	15.444	1.970	55.302
Remuneração de capitais de terceiros	2.823	3.565	13.967	12.817
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(35.784)	(133.462)	(35.784)	(133.462)
Participação dos não controladores nos prejuízos acumulados	-	-	1	(7)
Valor adicionado distribuído	(28.740)	(105.226)	(13.375)	(13.742)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

1.1. Atividades das empresas do Grupo

A **Azevedo & Travassos S.A.** (“**ATSA**” ou “**Companhia**”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1.050, São Paulo - SP.

As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas, conjuntamente referidas como “**Grupo**”.

A controladora **ATSA** bem como as controladas **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.** (“**ATE**”) e **Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.** (“**ATI**”) têm como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga **BM&FBOVESPA**), sob as siglas **AZEV4 (ON)** e **AZEV4 (PN)**.

1.2. Relação de entidades controladas e coligadas

Visando atender à demanda de obras e serviços na área de infraestrutura que deverá surgir com as concessões e privatizações, foi efetivada, em 2017, a alteração do contrato social da **Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda.** (**ATDI-IV**), passando a sua denominação social para **Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.** (“**ATI**” ou “**Empresa**”) e iniciadas as suas atividades.

As empresas com a formatação de Sociedade de Propósito Específica (**SPE**) apresentam a seguinte situação em 31 de dezembro de 2019:

- **Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda.** (“**ATDI-I**” ou “**Empresa**”): encontra-se em fase de encerramento;
- **Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.** (“**ATDI-II**” ou “**Empresa**”): está ainda sem atividade, aguardando definição em função dos seus terrenos terem sido utilizados para quitação de parte do financiamento da **ATE** com a Caixa Econômica Federal;
- **Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.** (“**ATDI-III**” ou “**Empresa**”): sem atividade, pois seu terreno foi dado para quitação do financiamento da **ATE** com a instituição financeira *China Construction Bank (CCB)*;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de Reais)**

- **Consórcio Água Paraopeba (“Consórcio”):** foi criado com o objetivo de execução de montagem eletromecânica para implantação da nova captação e adução de água no Rio Paraopeba, de propriedade da COPASA e localizada no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	31/12/2019		31/12/2018	
	%	Controle	%	Controle
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.	100,00	Direto	100,00	Direto
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	100,00	Direto	100,00	Direto
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda.	99,95	Indireto	99,95	Indireto
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	99,95	Indireto	99,95	Indireto
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	100,00	Direto/indireto	100,00	Direto/indireto
Consórcio Água Paraopeba	35,00	Indireto	-	

1.3. Estratégia operacional

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo apresentou prejuízo de R\$35.351 (R\$133.469 em 2018), Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$195.051 (R\$234.134 em 2018) e patrimônio líquido negativo em R\$245.938 (R\$211.781 em 2018).

Estes números refletem o atual momento do Grupo e do mercado de construção pesada do país, onde, a partir do segundo semestre de 2016, convive com uma substancial redução da carteira de obras, fruto do encerramento de diversos contratos, sem a reposição característica da construção pesada, pois os clientes postergaram seus investimentos frente a grave crise econômica brasileira, notadamente nos investimentos em infraestrutura.

Cabe ressaltar que o esforço da Helber S.A., antiga controladora da Companhia, culminou com a cessão não onerosa do controle acionário da Companhia para Rocket Empreendimentos e Participações S.A. (“Rocket”) em 30 de novembro de 2019, por meio da cessão de 1.145.478 (um milhão, cento e quarenta e cinco mil e quatrocentas e setenta e oito) ações. Dessa forma, a Rocket passou a deter 63,638% das ações ordinárias e 14,397% das ações preferenciais da ATSA, conforme divulgado no Fato Relevante de 01 de dezembro de 2019.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

A Rocket é uma sociedade anônima de capital fechado com o objeto social de investimento em participações societárias de companhias no mercado em geral, e ao assumir o controle acionário da Companhia pretende implementar as medidas que considera necessárias para seu saneamento de capital e reestruturação financeira.

Como demonstração de seu comprometimento com os interesses sociais da Companhia, a Rocket assumiu perante os cedentes a obrigação de não alienar ou ceder suas ações pelo prazo de 1 (um) ano, bem como a empenhar seus melhores esforços para que a Companhia aprofunde o processo de sua reestruturação econômico-financeira.

A Companhia acredita que a operação resultará em um novo ciclo de crescimento e fortalecimento, reposicionando-se no mercado mediante a catalisação de sua reestruturação financeira e operacional.

O Grupo tem utilizado diversas estratégias operacionais para melhoria do seu fluxo de caixa e retomada da sua lucratividade. As principais medidas são:

- (i) Em 10 de janeiro de 2020, a Rocket e a Companhia celebraram contrato de mútuo através do qual a Rocket concedeu à Companhia uma linha de crédito de R\$2.000. Sobre o valor efetivamente desembolsado, incidirão encargos financeiros correspondentes à 100% da variação do CDI entre a data do desembolso e a data da liquidação a serem pagos em até 24 meses. Em 04 de março de 2020 foi assinado o primeiro Aditamento ao contrato, aumentando a linha de crédito para R\$5.000, a serem desembolsados em parcelas, observados os mesmos termos e condições do contrato principal;
- (ii) Para atender às necessidades de capital de giro e se posicionar de maneira estratégica para as oportunidades que virão com a retomada dos investimentos em infraestrutura nos próximos anos em um mercado fragilizado pela crise dos últimos anos e a necessidade de rígidas normas de compliance, a Companhia continua em busca de meios para se capitalizar através dos diversos instrumentos de mercado, parcerias estratégicas e participando em concorrências com parceiros que reforcem sua competitividade na oferta de preços, otimização de recursos e diluição de riscos, garantindo sua continuidade neste segmento em que é reconhecida pelo seu acervo técnico, performance e diligência no cumprimento de seus contratos;
- (iii) Minimizar os impactos da Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), tomando medidas para preservação de caixa;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

- (iv) Persistir na racionalização de sua estrutura organizacional, com ênfase na agilidade de implantações de medidas estratégicas por parte da alta Administração e na redução de custos, se adequando ao atual patamar de faturamento tendo em vista o crescimento do mercado no curto prazo;
- (v) Continuar seu trabalho de alongamento de dívidas para adequá-las a um perfil de médio e longo prazo para que sejam pagas com recursos oriundos do faturamento de serviços, capitalizações e da desmobilização de ativos;
- (vi) Executar as obras que estão contratadas e a serem contratadas dentro das margens orçadas;
- (vii) Redobrar o esforço da Diretoria Comercial em obter novos contratos que permitam voltar à receita bruta consolidada aos patamares anteriores. Uma série de propostas comerciais estão em elaboração e a participação conjunta em concorrências estratégicas continua em andamento. Neste esforço, mesmo em condições tão restritas, a Companhia firmou, no mês de dezembro de 2019, os seguintes contratos com:
 - PETROBRAS para instalações no TECAM de interligações de dutos nos Terminais de Campos Elíseos e de Guapimirim no Rio de Janeiro, no valor de R\$ 7,7 milhões, com prazo de execução de 367 dias;
 - VALE para a construção da adutora do Rio Paraopeba, em Brumadinho, MG no valor é de R\$ 92,2 milhões, com prazo de execução de 320 dias, através de Consórcio tendo a Companhia como líder e com 35% de participação.
- (viii) Prosseguir com a ação de cobrança ajuizada para receber os créditos referentes a serviços realizados e não pagos pelo Metrô nos contratos da Ciclovia e Estações da Linha 15 - Prata;
- (ix) Prosseguir com as tratativas administrativas visando receber os créditos referentes aos serviços realizados e não medidos pela Transpetro, Petrobrás/UOBA, Petrobrás/OCVAP e PMSP;
- (x) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") instituído pela Lei nº 9.964/2000;
- (xi) Equacionar os débitos tributários federais da controlada ATE. Existe hoje a possibilidade de parcelamento convencional (ordinário), no qual os débitos poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas nos termos da legislação vigente;
- (xii) Prosseguir com ação de cobrança ajuizada contra o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato celebrado com este órgão;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

- (xiii) Prosseguir com as ações ajuizadas no Tribunal Regional Federal da Terceira Região já com vitórias em 1a e 2a Instâncias, pela Companhia e pela ATE para a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Com a finalização do julgamento do RE 574.706 pelo Superior Tribunal Federal (STF) com decisão com efeito de repercussão geral favorável ao contribuinte em 15 de março de 2017, estas ações que estavam sobrestadas deverão retomar os seus andamentos com o reconhecimento do direito creditório da Companhia e da controlada;
- (xiv) Prosseguir com ações judiciais objetivando a declaração de inconstitucionalidade dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar nº 110/2001 (multa de 10% do FGTS);
- (xv) Prosseguir com ação judicial objetivando a exclusão da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, tendo em vista o julgamento do STF que concluiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS;
- (xvi) Continuar a gestão dos processos de pedidos de falência, tomando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, no sentido de encerrá-los, sempre em consideração dos interesses da Companhia e seus acionistas.

Adicionalmente, o Relatório da Administração complementa estas Notas Explicativas sobre a estratégia operacional do Grupo.

Com a entrada do novo Controlador e com base no exposto acima, a Administração conclui que a Companhia possui capacidade de continuar em operação por pelo menos 12 meses a partir da data do balanço.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Estas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da ATSA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão e divulgação, de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Companhia, em 24 de junho de 2020.

2.2. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

As normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

2.3. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

2.4. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Azevedo & Travassos S.A. (“ATSA”) e de suas controladas Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (“ATE”), Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (“ATI”), Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda. (“ATDI-I”), Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda. (“ATDI-II”) e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda. (“ATDI-III”).

O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Empresa obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, e o exercício social dessas empresas coincide com o da Empresa.

Os saldos de ativos e passivos e as receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda funcional das demais controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.2.2. Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Estoques de mercadorias e terrenos

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Os estoques de terrenos são avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

3.5. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

3.6. Investimentos e base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Algumas investidas são tributadas pelo lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$78.000. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de imóveis e 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.9. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- (ii) Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.10. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

3.11. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.13. Reconhecimento da receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

4.1. Reconhecimento das receitas

As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o estágio de conclusão do contrato, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência.

4.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4.3. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

4.4. Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

4.5. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.6. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, à investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Empresa, esta pode ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

5. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente

5.1. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e adotados pela Companhia

IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamento

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

O Grupo adotou, a partir de 1º de janeiro de 2019, a interpretação técnica, porém, sem efeitos relevantes nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IFRIC 23 / ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

- i. Se a Companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- ii. As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- iii. Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- iv. Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

O Grupo determinou se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos, seguindo a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação foi adotada pelo Grupo a partir de 1º de janeiro de 2019, sem efeitos relevantes nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

5.2. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pelo Grupo

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo:

- i. Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- ii. Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28);
- iii. Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19);
- iv. Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas;
- v. Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- vi. IFRS 17 - Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis do Grupo.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	-	-	9	24
Banco conta movimento	-	-	33	69
Aplicações financeiras ⁽ⁱ⁾	-	-	4	-
	-	-	46	93

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

- (i) Aplicações financeiras com renda fixa e liquidez imediata e vinculados a taxas pré-fixadas, com rentabilidade baseada na variação média entre 99% e 101% do índice do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), com média de remuneração de 9,9% ao ano e carência inferior a 90 dias.

O saldo de caixa e bancos compreendem os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo.

O Grupo considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Esses investimentos são feitos em fundos administrados por instituições financeiras classificadas como primeira linha e com baixo risco de crédito por agências de ratings internacionais.

Todas as aplicações financeiras, independentemente de sua categoria, podem ser resgatadas sem perda de rendimentos, sem restrição e de forma imediata.

7. Clientes

A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo medições a faturar o registro das receitas auferidas pelos serviços prestados pela Companhia, com base nas medições realizadas durante a execução das obras.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber	-	-	244	157
Serviços e locações executados e não faturados	32	119	234	1.290
	32	119	478	1.447

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não há necessidade de constituição de provisão da Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de Reais)**

A composição consolidada dos clientes a receber está demonstrada a seguir:

	2019	
	Controladora	Consolidado
A vencer	32	268
Vencidas		
1 a 60 dias	-	70
61 a 180 dias	-	28
Acima de 180 dias	-	112
Total contas a receber	32	478

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Material de construção e peças de manutenção	44	66	1.192	1.866
Material de revenda	-	-	-	59
	44	66	1.192	1.925

9. Estoques de terrenos

Os terrenos adquiridos para comercialização são inicialmente reconhecidos pelos custos de aquisição (custo histórico) e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Azevedo & Travassos S.A.	4.215	8.065	4.215	8.065
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	-	-	18.301	8.466
	4.215	8.065	22.516	16.531
Circulante	-	-	18.301	8.466
Não circulante	4.215	8.065	4.215	8.065

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de Reais)**

A seguir estão demonstrados os detalhes e metragens dos terrenos:

	M ²	Consolidado	
		2019	2018
Azevedo & Travassos S.A.			
Lote Elísio ^{(i) (iv)}	22.999	-	3.851
Lote 7 ^{(ii) (iv)}	18.144	2.204	2.203
Lote 8 ^{(ii) (iv)}	17.207	2.011	2.011
	58.350	4.215	8.065
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.			
Lote Elísio ^{(i) (iv)}	22.999	9.835	-
Lote 3 ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5.465	3.165	3.165
Lote 4 ⁽ⁱⁱⁱ⁾	4.343	2.851	2.851
Lote 5 ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.348	1.139	1.139
Lote 6	1.536	1.311	1.311
	35.691	18.301	8.466
Total	94.041	22.516	16.531

- (i) Em 30 de dezembro de 2019, a Controladora ATSA subscreveu e integralizou o capital social da subsidiária ATI mediante a conferência do terreno situado na Av. Elísio Teixeira Leite, atribuindo o valor de R\$9.835, correspondente ao valor referência atribuído pela Prefeitura Municipal de São Paulo em 27 de dezembro de 2019.
- (ii) Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes 7 e 8, os valores estão contabilizados no ativo não circulante.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2019, devido a restrições, os lotes 3, 4 e 5 foram dados em garantia ao empréstimo do Banco Brasil (vide Nota Explicativa nº 15).
- (iv) Em 31 de dezembro de 2019, os lotes 1, 7, 8 e Elísio estão arrolados no REFIS Federal - Lei nº 9.964/2000 (vide Nota Explicativa 18.1).

10. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Partes relacionadas (Nota 14)	2.019	144	-	-
Depósito judicial	1.314	1.029	4.049	4.217
Cessão precatório	104	774	104	774
Caução	2	-	38	1.436
Venda de ativo fixo	-	-	720	1.042
Outras contas a receber	-	68	7.639	7.596
	3.439	2.015	12.550	15.065
Circulante	36	210	909	9.199
Não circulante	3.403	1.805	11.641	5.866

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de Reais)**

11. Investimentos

Os investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e, portanto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(a) Composição dos investimentos

	Controladora	
	2019	2018
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.	(190.842)	(150.504)
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	18.618	8.516
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	3.274	3.288
Total investimento	(168.950)	(138.700)
 Ativo não circulante	 21.892	 11.804
Passivo não circulante	(190.842)	(150.504)

(b) Contexto operacional das empresas investidas**Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.**

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (“ATE”), sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1.050, Vila Mirante, e cujo objeto social é o de (i) planejamento e execução de projetos, obras e serviços de engenharia civil, mecânica, hidráulica e elétrica, públicas ou privadas, por conta própria ou de terceiros, em qualquer das modalidades econômicas previstas em lei; (ii) importação, comercialização, exportação e industrialização; (iii) locação e transporte de equipamentos; (iv) perfuração e construção de poços em geral; (v) compra, venda e incorporação de imóveis; (vi) transporte de cargas; e, (vii) participação em outras sociedades como sócia - cotista ou acionista.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. é composto, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, de 16.410.500 cotas.

Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.

A Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (“ATI”), sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1.050, Vila Mirante, e cujo objeto social é o de (i) planejamento execução de projetos, obras, serviços de construção civil, engenharia civil mecânica, sob origem de empreitada administração ou outros admitidos; (ii) instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais consultoria, planejamento assessoria estudos técnicos nas especialidades de engenharia civil mecânica; (iii) compra, venda, incorporação de imóveis; (iv) pratica de outras atividades econômicas, conexas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, inclusive as de locação compra venda de equipamentos, importação e exportação; e (v) participação em outras sociedades como sócia cotista ou acionista.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. é composto, em 31 de dezembro de 2019, de 18.165.898 cotas (8.330.983 cotas em 2018).

Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda.

A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. (“ATDI-III”), sociedade empresarial do tipo limitada de propósito específico com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1.050, Vila Mirante, e tem por objeto a construção, a incorporação imobiliária do(s) empreendimento(s) imobiliário(s) realizado(s) no terreno situado na Rua Marilac, Lote n.º 09 Pirituba, São Paulo, Capital, matriculado sob n.º 96.264 no 16º Oficial de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, e a compra e venda de imóveis.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. é composto, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, de 3.579.090 cotas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

(c) Movimento dos investimentos

	Controladora			Total
	ATE	ATI	ATD III	
Saldo final em 31/12/2017	(53.910)	8.385	3.579	(41.946)
Resultado de equivalência patrimonial	(96.594)	131	(291)	(96.754)
Saldo final em 31/12/2018	(150.504)	8.516	3.288	(138.700)
Resultado de equivalência patrimonial	(40.338)	267	(14)	(40.085)
Aumento de capital com terreno	-	9.835	-	9.835
Saldo final em 31/12/2019	(190.842)	18.618	3.274	(168.950)

(d) Informações sobre as empresas investidas:

	ATE		ATI		ATD-III	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,95%	99,95%
Ativo	19.141	28.123	19.650	9.164	3.579	3.604
Passivo	209.983	178.627	1.032	648	303	314
Patrimônio líquido	(190.842)	(150.504)	18.618	8.516	3.276	3.290
Lucro do exercício	(40.338)	(967.594)	265	131	(14)	(291)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

12. Imobilizado

Os saldos e movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstrados abaixo:

Descrição							Controladora
	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos	Reavaliação de terrenos	Total
Custo:							
Saldo em 31/12/2017	6.507	733	-	521	522	7.815	16.098
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	6.507	733	-	521	522	7.815	16.098
Transferência	-	-	-	-	3.851	-	3.851
Baixa	-	-	-	-	(3.851)	-	(3.851)
Saldo em 31/12/2019	6.507	733	-	521	522	7.815	16.098
Depreciação acumulada:							
Percentual de depreciação / ano	4%	10%	10%	10%			
Saldo em 31/12/2017	(2.117)	(660)	-	(306)	-	(680)	(3.763)
Despesa de depreciação no exercício	(260)	-	-	(38)	-	(59)	(357)
Saldo em 31/12/2018	(2.377)	(660)	-	(344)	-	(739)	(4.120)
Despesa de depreciação no exercício	(259)	-	-	(38)	-	(59)	(356)
Saldo em 31/12/2019	(2.636)	(660)	-	(382)	-	(798)	(4.476)
Imobilizado líquido em 31/12/2018	4.130	73	-	177	522	7.076	11.978
Imobilizado líquido em 31/12/2019	3.871	73	-	139	522	7.017	11.622

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Descrição	Consolidado					
	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos	Reavaliação de terrenos
Custo:						
Saldo em 31/12/2017	6.566	14.126	13.599	7.999	522	7.815
Adições	-	-	15	108	-	-
Baixas	-	(1.990)	(581)	(315)	-	-
Transferência	-	7.805	-	2	-	-
Saldo em 31/12/2018	6.566	19.941	13.033	7.794	522	7.815
Adições	-	-	-	-	3.851	-
Baixas	-	(3.900)	(821)	(374)	(3.851)	-
Saldo em 31/12/2019	6.566	16.041	12.212	7.420	522	7.815
Depreciação acumulada:						
Percentual de depreciação / ano	4%	10%	10%	10%		
Saldo em 31/12/2017	(2.164)	(11.362)	(8.179)	(5.476)	-	(680)
Despesa de depreciação no exercício	(263)	(1.288)	(1.081)	(514)	-	(59)
Baixas	-	1.288	429	95	-	-
Transferência	-	(4.329)	(3)	1	-	-
Saldo em 31/12/2018	(2.427)	(15.691)	(8.834)	(5.894)	-	(739)
Despesa de depreciação no exercício	(261)	(899)	(945)	(464)	-	(59)
Baixas	-	2.786	621	323	-	-
Saldo em 31/12/2019	(2.688)	(13.804)	(9.158)	(6.035)	-	(798)
Imobilizado líquido em 31/12/2018	4.139	4.250	4.199	1.900	522	7.076
Imobilizado líquido em 31/12/2019	3.878	2.237	3.054	1.385	522	7.017

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

13. Intangível

	Taxa anual de Amortização %	Consolidado		
		2019		2018
		Custo	Amortização	Líquido
Softwares	20	3.505	(3.404)	101
Total		3.505	(3.404)	101

A movimentação do saldo dos intangíveis ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está demonstrada abaixo:

	Consolidado		
	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Softwares	3.505	-	3.505
(-) Amortização acumulada	(3.252)	(152)	(3.404)
Total	253	(152)	101

14. Transações com partes relacionadas

Tratam-se substancialmente de empréstimos e adiantamentos financeiros mantidos entre a Controladora e suas subsidiárias para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo ou transações com acionistas.

As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas abaixo:

(a) Transações entre partes relacionadas reconhecidos no ativo e no passivo

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outras contas a receber com empresas do Grupo				
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. ⁽ⁱ⁾	2.019	119	-	-
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	-	25	-	-
	2.019	144	-	-
Outras contas a pagar com empresas do Grupo				
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	(3.579)	(3.604)	-	-
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	(870)	(318)	-	-
Consórcio Água Paraopeba	-	-	(144)	-
	(4.449)	(3.922)	(144)	-
Mútuos financeiros com acionistas				
Acionistas controladores	(821)	-	(821)	-
Acionistas não controladores	-	-	(3.798)	(2.256)
	(821)	-	(4.619)	(2.256)
	(3.251)	(3.778)	(4.763)	(2.256)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de Reais)**

(b) Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

Os efeitos nos resultados dos exercícios das transações com partes relacionadas mencionadas acima são os seguintes:

	ATSA		ATE		ATI	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Locação de imóvel	360	360	(360)	(360)	-	-
Revenda de mercadorias	278	-	(278)	-	-	-
Serviços técnicos (sub-empregada)	293	654	(246)	(322)	(47)	(332)
	<u>931</u>	<u>1.014</u>	<u>(884)</u>	<u>(682)</u>	<u>(47)</u>	<u>(332)</u>

Findo exercício em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as operações entre a controladora e sua controlada ATE foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos e também pequenos serviços entre a ATI com a ATSA e ATE com a ATI.

(c) Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$826 (R\$1.750 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações.

(d) Garantia em empréstimos

Para poder concretizar a repactuação do empréstimo com o Banco Safra, a Imobel S.A. Urbanizadora e Construtora (empresa dos controladores) deu em garantia terrenos de sua propriedade ao montante de R\$1.258 (R\$1.258 em 31 de dezembro de 2018).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

15. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Consolidado	
			2019	2018
Capital de giro	CDI + 3,90% AA	2018 a 09/2024	33.633	28.313
Finame	9% a.a.	01/2018 a 03/2019	68	58
Financiamento CDC	1,15% a.m.	01/2018 as 04/2019	326	231
Arrendamento mercantil	1,20% a.m.	12/2017 a 08/2018	-	210
Total			34.027	28.812
Circulante			34.027	6.985
Não circulante			-	21.827

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores, direitos creditórios, alienação fiduciária dos bens e imóveis correspondentes aos lotes 3, 4 e 5 da ATI (Banco do Brasil) e lotes de Imobel S.A. Urbanizadora e Construtora (Banco Safra).

Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui cláusulas restritivas (*covenants*) vinculadas a índices financeiros.

16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui na rubrica de fornecedores o montante de R\$7.443 e R\$29.673 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente (R\$7.101 e R\$29.603 em 2018).

O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras.

A Companhia está gerenciando seu passivo para com fornecedores, tomando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, sempre em consideração dos interesses da Companhia e de seus acionistas e o cronograma de amortização da dívida está descrito abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	
	Controladora	Consolidado
A vencer	-	7
Vencidos		
Vencidos de 1 a 180 dias	181	1.041
Vencidos de 181 a 365 dias	262	1.186
Vencidos de 1 a 2 anos	5.895	14.843
Vencidos de 2 a 3 anos	675	7.746
Acima 3 anos	430	4.850
Total dos fornecedores a pagar	7.443	29.673

17. Salários, provisões para férias e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários, férias, 13º salário e quitações a pagar	8.251	6.271	31.768	29.118
Provisão para férias	186	1.572	1.319	3.914
Encargos sociais	6.318	4.009	26.048	21.701
	14.755	11.852	59.135	54.733
 Circulante	 13.792	 11.144	 56.859	 52.712
Não circulante	963	708	2.276	2.021

Os valores reclassificados para o passivo não circulante referem-se basicamente aos adicionais de 10% do FGTS que estão sendo discutidos em juízo. Tais processos possuem depósitos judiciais.

18. Obrigações tributárias - REFIS, PERT e outros impostos

18.1. REFIS Federal - Lei nº 9.964/2000

A Companhia optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

A partir de junho de 2014, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou as parcelas da dívida, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de Reais)**

Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28 de fevereiro de 2050. O valor da parcela está sendo calculado, a partir de 30 de junho de 2014, dividindo-se o saldo do extrato da dívida, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final.

Face ao atraso de pagamento de parcelas e com a possibilidade de a Companhia vir, eventualmente, ser excluída deste programa de acordo com o art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964/2000, em 30 de setembro de 2018 foi efetuada uma provisão em complemento ao extrato no montante de R\$8.219.

Após apresentação do manifesto de inconformidade e decisão favorável proferida pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), que reincluiu a Companhia no programa, a Administração verificou que o saldo atualizado e remanescente da dívida totalizava o montante de R\$46.930, e reverteu a provisão anteriormente constituída de R\$8.219.

O cronograma de amortização da dívida de curto e longo está descrito abaixo:

	<u>Vencimento das parcelas</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>Valor Total</u>	<u>%</u>
Total passivo circulante	2020	4.141	8,82%
	2021	1.564	3,33%
	2022	1.564	3,33%
	2023	1.564	3,33%
	A partir de 2024	38.097	81,18%
Total passivo não circulante		42.789	91,18%
Total		46.930	100,00%

18.2. Outros impostos e PERT - Lei nº 13.496/2017

Conforme a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, posteriormente convertida na Lei nº 13.496/2017, e regulado pela Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017, foi criado o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) que instituiu o parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até abril de 2017.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Em 11 de agosto de 2017 a controlada ATE fez a primeira adesão, e em 14 de novembro de 2017 foi feita nova adesão que incorporou a anterior e incluiu, principalmente, débitos relativos a imposto de renda fonte, PIS, COFINS, INSS desoneração e INSS folha.

A controlada ATE, por não cumprir as cláusulas estabelecidas na Lei nº 13.496/2017, não teve seu pedido de parcelamento homologado pela Receita Federal do Brasil, e por esse motivo o saldo devedor do passivo não circulante foi transferido para o passivo circulante. A seguir, demonstramos os saldos dos passivos tributários por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PERT - Lei nº 13.496/2017				
INSS a recolher	-	-	14.526	14.526
PIS e COFINS a recolher	-	-	8.260	8.260
Impostos retidos na fonte	-	-	4.561	4.561
Encargos e outros	-	-	9.649	7.732
	-	-	36.996	35.079
Outros impostos				
ICMS a recolher	-	-	-	13
ISS a recolher	1.772	1.556	5.504	5.297
INSS	2.520	2.376	6.914	6.770
Impostos retidos na fonte	2.313	174	9.754	6.859
PIS e COFINS a recolher	1.948	1.715	2.205	2.065
IRPJ e CSLL a recolher	356	1.808	356	-
Outros	2.240	1.370	1.780	1.730
	11.149	8.999	26.513	22.734
	11.149	8.999	63.509	57.813

19. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Seguros a pagar	33	33	363	363
Partes relacionadas (Nota 14)	5.270	3.922	4.763	2.256
Acordos judiciais ⁽ⁱ⁾	939	772	20.107	18.887
Provisões diversas	89	389	1.533	2.762
Outras	1.878	1.200	3.299	2.753
	8.209	6.316	30.065	27.021
Circulante	3.760	2.394	30.065	27.021
Não circulante	4.449	3.922	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de Reais)**

- (i) Refere-se a acordos judiciais homologados pela justiça com ex-colaboradores. Este valor é o montante principal, e multas das rescisões por não cumprimento dos acordos. Para fazer frente a este passivo, a Companhia está oferecendo em garantia o imóvel onde se localiza sua sede, o qual foi avaliado por perito da Justiça do Trabalho em R\$78.000.

20. Provisão para obrigações legais - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora			
	Causas trabalhistas	Causas tributárias	Causas cíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	516	116	368	1.000
Adições	768	329	211	1.308
Saldo em 31/12/2018	1.284	445	579	2.308
Adições/(reversões)	2.124	(217)	490	2.397
Saldo em 31/12/2019	3.408	228	1.069	4.705

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de Reais)**

	Consolidado			Total
	Causas trabalhistas	Causas tributárias	Causas cíveis	
Saldo em 31/12/2017	5.594	181	1.915	7.690
Atualizações	4.550	1.697	65	6.312
Saldo em 31/12/2018	10.144	1.878	1.980	14.002
Adições/(reversões)	17.720	(132)	2.990	20.578
Saldo em 31/12/2019	27.864	1.746	4.970	34.580

Além dos casos classificados como prováveis, a Companhia e suas controladas possuíam outros processos de natureza possível, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões.

Os valores dos processos classificados como possíveis na controladora em 31 de dezembro de 2019 são de R\$20.430 e R\$52.032 no consolidado (R\$6.465 na controladora e R\$21.789 no consolidado em 2018).

21. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**Capital social**

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro 2019 e 2018 estão compostos por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor do capital social é de R\$28.047.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de Reais)**

Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

22. Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta				
Receita bruta de produtos e serviços	844	24.506	2.276	64.562
	844	24.506	2.276	64.562
Deduções				
Impostos sobre as receitas	(158)	(3.902)	(481)	(15.515)
Cancelamentos e abatimentos	-	-	(42)	-
	(158)	(3.902)	(523)	(15.515)
Receita líquida	686	20.604	1.753	49.047

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

23. Gastos por natureza

	Controladora							
	31/12/2019				31/12/2019			
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Total
Salários e encargos	(42)	(2.156)	-	(2.198)	(2.786)	(5.161)	-	(7.947)
Serviços contratados de terceiros	(186)	(1.211)	-	(1.397)	(11.326)	(515)	-	(11.841)
Provisão para obrigações legais	-	-	(2.397)	(2.397)	-	-	(1.308)	(1.308)
Revenda	(204)	-	-	(204)	-	-	-	-
Provisão REFIS ⁽ⁱ⁾	-	-	8.219	8.219	-	-	(8.219)	(8.219)
Ganho de capital (Nota 9) ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	5.984	5.984	-	-	-	-
Processos judiciais	-	-	-	-	-	-	(288)	(288)
Materiais	-	-	-	-	(7.283)	-	-	(7.283)
Multa de acordo trabalhista	-	-	-	-	-	-	(246)	(246)
Baixa precatório	-	-	-	-	-	-	(491)	(491)
Outros custos e despesas	(1.014)	(118)	745	(387)	(2.565)	(321)	(416)	(3.302)
	(1.446)	(3.485)	12.551	7.620	(23.960)	(5.997)	(10.968)	(40.925)

- (i) Trata-se da reversão da provisão constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referente às eventuais penalizações em virtude do desenquadramento do Programa de Recuperação Fiscal instituído pela Lei nº 9.964/2000.
- (ii) Ganho de capital decorrente da operação de subscrição e integralização de capital da ATSA na subsidiária ATI de acordo com o valor referência atribuído pela Prefeitura Municipal de São Paulo descritos na Nota Explicativa nº 9.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	31/12/2019				31/12/2019			
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Total
Processos judiciais	-	-	(20.578)	(20.578)	-	-	(6.312)	(6.312)
Salários e encargos	(2.771)	(3.101)	-	(5.872)	(43.338)	(9.380)	-	(52.718)
Serviços contratados de terceiros	(1.279)	(1.727)	-	(3.006)	(18.531)	(1.658)	-	(20.189)
Outras provisões e despesas	-	-	(2.182)	(2.182)	-	-	-	-
Materiais	(642)	-	-	(642)	(11.799)	-	-	(11.799)
Processos judiciais	-	-	(1.070)	(1.070)	-	-	(3.676)	(3.676)
Revenda	(129)	-	-	(129)	(410)	-	-	(410)
Ganho de capital (Nota 9)	-	-	5.984	5.984	-	-	-	-
Provisão REFIS	-	-	8.219	8.219	-	-	(8.219)	(8.219)
Multa de acordo trabalhista	-	-	-	-	-	-	(6.607)	(6.607)
Baixa precatório	-	-	-	-	-	-	(491)	(491)
Apropriação custos de contratos	-	-	-	-	(1.711)	-	-	(1.711)
Outros custos e despesas	(3.909)	(753)	1.742	(2.920)	(15.422)	(1.487)	(1.980)	(18.889)
	(8.730)	(5.581)	(7.885)	(22.196)	(91.211)	(12.525)	(27.285)	(131.021)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

24. Receitas e (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	-	-	25	-
	-	-	25	-
Despesas financeiras				
Encargos de empréstimos e financiamentos	-	(184)	(6.790)	(3.233)
Juros passivos (tributos, fornecedores e outros)	(2.823)	(3.381)	(7.177)	(9.584)
	<u>(2.823)</u>	<u>(3.565)</u>	<u>(13.967)</u>	<u>(12.817)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.823)</u>	<u>(3.565)</u>	<u>(13.942)</u>	<u>(12.817)</u>

25. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(35.428)	(122.390)	(35.325)	(96.541)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	12.046	41.613	12.011	32.824
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(13.629)	(32.896)	(39)	-
Despesas indedutíveis	2.247	(3.391)	(4.459)	(5.000)
Efeito líquido de controladas tributadas com base no lucro presumido	-	-	-	(4)
Ganho em reavaliação de ativo imobilizado	(1.175)	-	(1.175)	-
Reversão do imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	(11.072)	-	(40.954)
Outras (adições) exclusões	155	(5.326)	(6.796)	(23.794)
Imposto de renda e contribuição social apurados	(356)	(11.072)	(458)	(36.928)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(356)	-	(458)	(152)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	(11.072)	-	(36.776)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(356)	(11.072)	(458)	(36.928)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de Reais)**

Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, bem como para refletir os créditos fiscais decorrentes da reavaliação de ativos e, encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivos				
Reavaliação de bens	(3.600)	(4.795)	(3.600)	(4.795)
Passivo fiscal diferido	(3.600)	(4.795)	(3.600)	(4.795)

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social que totalizam R\$89.724 (R\$83.545 em 2018), incluindo a parcela cujos efeitos tributários não foram reconhecidos.

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95.

26.1. Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

Risco de taxa de juros (risco de mercado)

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentada uma análise de sensibilidade.

Riscos de liquidez

Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

27. Outras informações

27.1. Ações judiciais ativas

Exclusão do ISS na base de cálculo do PIS e COFINS

As ações propostas pela Companhia (ATSA) e Controlada (ATE), ambas julgadas favoravelmente, estão sobrestadas, aguardando os Ministros do Supremo Tribunal Federal finalizarem o julgamento do RE n.º 592.616/RS, ao qual foi atribuído o efeito da repercussão geral (Tema 118). Estima-se para Companhia (ATSA) de R\$ 201 e, para a ATE de R\$ 5.455 mil.

Ação para a exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a Controlada ATE buscando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de cálculo das contribuições previdenciárias e parafiscais, bem como a recuperação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos que antecederam o ajuizamento das ações. As ações ajuizadas pela Companhia (ATSA) e pela Controlada ATE, muito embora tenham decisões favoráveis, atualmente, os autos estão sobrestados até julgamento da matéria pelo Supremo Tribunal Federal (STF) - Repercussão Geral. Neste momento, não é possível a mensuração do benefício patrimonial de ambas as demandas.

28. Eventos subsequentes

Contrato de mútuo entre a Rocket e ATSA.

Em 10 de janeiro de 2020, a Rocket e a Companhia celebraram um Contrato de Mútuo através do qual a Rocket concedeu à Companhia uma linha de crédito de R\$2.000, e sobre o valor efetivamente desembolsado, incidirão encargos financeiros correspondentes a 100% da variação do CDI entre a data do desembolso e a data da liquidação a serem pagos em até 24 meses.

Em 04 de março 2020 foi assinado o primeiro Aditamento ao contrato de Mútuo de 10 de janeiro de 2020. Este Aditamento aumentou o valor da linha de crédito concedida pela Rocket para a Companhia para o valor de até R\$5.000 a serem desembolsados em parcelas, observados os mesmos termos e condições do referido Contrato de Mútuo.

Reinclusão no REFIS Federal - Lei nº 9.964/2000.

Em complemento ao Fato Relevante divulgado em 18 de março de 2020, em 31 de março de 2020 a Procuradoria da Fazenda Nacional de São Paulo, nos autos do processo administrativo n.º 19839.007910/2010-79, reconsiderou a decisão proferida anteriormente, para determinar a reinclusão da Companhia no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a qual foi ratificada pelo Procurador Chefe da SECDAU-DIDAU-PRFN/3. Os já autos foram encaminhados à EPAR para publicação do ato de reinclusão no REFIS.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Efeito da pandemia do novo coronavírus nas Atividades da Companhia

A Administração tem acompanhado atentamente os impactos da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro.

Quanto às medidas relacionadas à prevenção do COVID-19, a Companhia adotou, a partir de meados de março de 2020, o trabalho remoto para quase a totalidade do seu escritório.

Está comparecendo às suas dependências somente parte do pessoal do Departamento Financeiro e da Contabilidade, na forma de revezamento, para atender a auditoria externa e o fluxo normal de pagamentos. Novas medidas serão tomadas sempre que o controle da pandemia assim o exigir.

Em resposta ao possível impacto econômico advindo da evolução do COVID-19 no Brasil, a Administração está tomando medidas imediatas para preservar sua posição financeira, tais como: preservação do caixa, contenção de despesas e negociação com instituições financeiras no alongamento das operações financeiras.

O fluxo de caixa está sendo suprido através de mútuo dos novos controladores, conforme comunicado ao mercado em 04 de março de 2020, que aumentou o limite para R\$5.000, por locação e desmobilização de equipamentos, venda de materiais do estoque e faturamento das obras.

Uma série de propostas comerciais está em elaboração e a participação conjunta em concorrências estratégicas continua em andamento.

Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2019.

Devido à complexidade de sobre a economia global, o Grupo prosseguirá monitorando, diariamente, os impactos sobre seus negócios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Demais assuntos

Tendo em vista a atual crise financeira da Companhia, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) do dia 23 de janeiro de 2020, por unanimidade, a seguinte proposta da Administração:

- a) Ratificar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, no valor mensal de um salário mínimo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Com esta ratificação, a remuneração anual total dos administradores e conselheiros para o referido exercício ficou estabelecida em R\$1.413;
- b) Sobre a remuneração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram fixados os seguintes valores:
 - Para o Conselho de Administração: um salário mínimo individual, por mês;
 - Para a Diretoria: R\$15 individual, por mês, na forma de pró-labore;
 - Para o Conselho Fiscal: fica estipulado o mínimo legal.

Com esta proposta, a remuneração total dos administradores e conselheiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 deverá ser de R\$706;

Por fim, a AGO rejeitou, por unanimidade, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício de 2019.